

DISPUTAS E DISSENSOS PARA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: PERCURSOS DAS EXPERIÊNCIAS ÀS PESQUISAS

SÔNIA CALDAS PESSOA¹
PHELLIPY PEREIRA JÁCOME²

O dossiê *Comunicação e Interseccionalidades: direitos, afetos, disputas e dissensos* da **Revista Mediação** tem como foco dois marcos simbólicos na legislação do nosso país. A *Lei Brasileira de Inclusão (LBI)*, conhecida como *Estatuto da Pessoa com Deficiência*, e a *Lei do Feminicídio*, que completaram uma década em 2025. Não obstante a importância da legislação e suas consequências no combate à violência contra pessoas com deficiência e de gênero, o feminicídio e o capacitismo persistem como problemáticas sociais graves, que merecem a atenção cuidadosa em pesquisas científicas.

Este dossiê intenta investigar, refletir e questionar as interrelações sócio-políticas em articulação com os desafios interseccionais que atravessam estes fenômenos no campo da Comunicação e áreas afins, tais como Artes, Letras, Educação, Direito, Saúde, entre outras.

Sônia Caldas Pessoa e Phellipy Pereira Jácome, docentes do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), entrevistam a pesquisadora Mariana Rosa. Ela é doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo, na área de concentração Educação e Ciências Sociais: Desigualdades e Diferenças. A linha de Pesquisa é Educação Especial. Mariana é mulher com deficiência, com histórico de ativismo e movimentos sociais, e mãe da Alice, uma garota com deficiência. É integrante do Coletivo Feminista Helen Keller e fundadora do Instituto Cáue - Redes de Inclusão, que articula ações coletivas em defesa dos direitos das pessoas com deficiência numa perspectiva interseccional. É também educadora popular e assessora de escolas das redes pública e privada no tema da educação inclusiva. Atualmente, é conselheira do Conselho Nacional de Educação.

A entrevista foi realizada no Laboratório de Experimentações Sonoras (LES FAFICH UFMG), em parceria com a Rádio Terceiro Andar.

¹ Professora de Comunicação Social e do PPGCOM da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Bolsista PQ do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ). Professora visitante no Institut Mines-Telecom Évry, França, (2023/2024), bolsa Capes-Print. Pesquisadora líder do Afetos: Grupo de Pesquisa em Comunicação, Discursos e Experiências e co-coordenadora da Web Rádio Terceiro Andar e do Laboratório de Experimentações Sonoras (FAFICH/UFMG). Autora dos livros Afetos de mãe: amor, morte e vida (2024) e Imaginários sociodiscursivos sobre a deficiência: experiências e partilhas (2018). Em 2018 recebeu o Prêmio O Erasmus+, programa da União Europeia para os domínios da Educação, da Formação, da Juventude e do Desporto para o período de 2014 a 2020.

² Professor do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais e Pesquisador Permanente do Programa de Pós-graduação em Comunicação (PPGCOM/UFMG). Doutor em Comunicação Social pela UFMG (com estágio doutoral na University of Illinois at Urbana-Champaign, como bolsista Capes-PDSE). Mestre e bacharel em Comunicação pela mesma instituição. Foi bolsista dos programas Escala Estudantil e Escala Docente da Associação de Universidades do Grupo Montevideu (AUGM). É coordenador do Temporona: Coletivo de Ações em Temporalidades e Narrativas e co-coordenador do Laboratório de Experimentações Sonoras (LES-Fafich-UFMG), da Rádio Terceiro Andar e do GT História do Jornalismo, da Rede Alcar.



Ouça aqui:

https://open.spotify.com/episode/5pDNfPLTk195W1mQcC3tAr?si=Ztizo2dbRrK_ogUJtezOg

A transcrição do áudio a seguir foi feita por inteligência artificial com apoio dos bolsistas João Victor Gomes de Oliveira e Luiz Henrique do Carmo. A revisão é Sônia Caldas Pessoa e Phellipy Pereira Jácome. A linguagem coloquial foi mantida em respeito às características da oralidade e da espontaneidade da entrevista.

LOCUTOR: [00:00:00] Laboratório de Experimentações Sonoras (LES FAFICH UFMG) e Rádio Terceiro Andar apresentam:

Phellipy: [00:00:08] Entrevista com Mariana Rosa.

Sônia: [00:00:11] Olá, Eu sou Sônia Caldas Pessoa.

Phellipy: [00:00:14] E eu sou Phellipy Jácome. Nós somos professores do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais.

Sônia: [00:00:22] Eu sou uma mulher parda, um metro e sessenta de altura, olhos castanhos escuros, cabelos cacheados também castanhos escuros que não atingem a altura dos ombros. Uso óculos de aro preto. Nós falamos aqui do LES, o Laboratório de Experimentações Sonoras da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, em Belo Horizonte.

Phellipy: [00:00:45] Eu sou um homem branco, um metro e noventa de altura, olhos castanhos claros e sou calvo.

Sônia: [00:00:52] Recebemos hoje, com muito prazer, a pesquisadora Mariana Rosa. Ela é doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo, a USP, na área de concentração Educação e Ciências Sociais: Desigualdades e Diferenças. A linha de Pesquisa é Educação Especial. Mariana é mulher com deficiência, com histórico de ativismo e movimentos sociais. É integrante do Coletivo Feminista Helen Keller e fundadora do Instituto Cáue - Redes de Inclusão, que articula ações coletivas em defesa dos direitos das pessoas com deficiência numa perspectiva interseccional. É também educadora popular e assessora de escolas das redes pública e privada no tema da educação inclusiva. Atualmente, é conselheira do Conselho Nacional de Educação. Mariana, bem-vinda! Uma honra te receber.

Mariana: [00:01:51] Obrigada, Sônia, muito feliz de estar aqui com vocês hoje. Egressa da casa, né? Não tá aí nesse currículo, mas passei aqui pela FAFICH na minha graduação. Então, tô muito feliz e emocionada de voltar aqui. Vou fazer também a minha audiodescrição, né? Eu sou uma mulher de pele branca, eu tenho cabelos arruivados cacheados na altura dos ombros, estou usando uma roupa preta, um vestido preto e acho que é isso hoje.

Phellipy: [00:02:22] Obrigado, Mariana. E lembrando que essa entrevista integra o dossiê *Comunicação e Interseccionalidades: direitos, afetos, disputas e dissensos*, da **Revista Mediação**, vinculada aos cursos de Jornalismo e Publicidade e Propaganda da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade FUMEC, e ao Programa de Mestrado e Doutorado em Tecnologia da Informação e Comunicação e Gestão do Conhecimento da Faculdade de Ciências

Empresariais, também da FUMEC. A editora responsável pela Mediação é a professora Nair Prata, da Universidade Federal de Ouro Preto e da Universidade FUMEC. E nessa edição, a professora Sônia Caldas Pessoa e eu, professor Phellipy Jácome, atuamos como editores convidados. A versão editada dessa entrevista você confere no site revista.fumec.br.

Sônia: [00:03:13] Mariana, o título da sua dissertação, “Rastros e restos nos interessam: disputas em torno da educação escolar de pessoas com deficiência no Brasil da ascensão neo-conservadora (2016-2022)”, nos instiga a refletir sobre a participação efetiva de pessoas com deficiência nas arenas de disputas. Qual a entrada de pessoas com deficiência nesses cenários?

Mariana: [00:03:41] Acho que procurei, com o título da dissertação, dar uma pista de que essa entrada não está estabelecida ou assegurada de maneira efetiva, porque a gente realmente precisa buscar os rastros que são deixados. Essas pessoas não estão na centralidade da arena de disputas por uma série de fatores. E aí, acho que à medida que a pesquisa se desenrolou, eu pude identificar alguns deles, né? Talvez o primeiro tem a ver com essa ideia de incapacidade que é sempre colada nas pessoas com deficiência, que decorre do capacitismo. Então, isso produz uma tutela muito grande e naturaliza que as pessoas falem pelas pessoas com deficiência e decidam por elas, e raramente dialoguem com elas ou a partir delas, ou deem a elas o espaço de protagonismo que deve ser dado, ou que é delas por direito. Então, essa é uma questão bastante importante. Junto com isso, acho que até como consequência, as questões de acessibilidade que acabam impedindo a participação dessas pessoas. Então, a gente vê que não tem condições materiais para participação das pessoas com deficiência, sobretudo aquelas com menor passabilidade – vamos dizer assim, as pessoas que demandam mais mudanças no ambiente, na estrutura, nas mediações. Essas realmente ficam de fora. E aí tem os outros atravessamentos de classe e raça, que também contam muito.

Mariana: [00:05:15] Então, acho que essa arena de disputas é composta majoritariamente por pessoas brancas, de classe média, sem deficiência. E as pessoas com deficiência que acesam esses espaços, em geral, são pessoas também brancas, de classe média, com deficiências consideradas mais passáveis, vamos dizer assim. E isso, portanto, delimita uma série de aspectos da discussão que é proposta nesse campo. E acho que, junto com isso, também tem um terceiro o elemento, que é o cansaço que se produz de ter que o tempo todo você dizer “olha, você vai discutir essa política pública. Eu sou usuário, sujeito dessa política, eu tenho que participar”. Isso é garantido por lei, né? Mas na prática, você tem que prover as condições da sua participação de maneira individual. Então as pessoas carregam seus próprios intérpretes de Libras, são responsáveis por levarem os seus próprios mediadores. Isso já vai estabelecendo ali os privilégios de classe, né? Porque eu posso pagar por esses serviços. Ou então uma vinculação com instituições que promovem a segregação dessas pessoas, mas que oferecem esses recursos. Então, acho que é um pouco isso que a gente pode perceber aí a partir dessa investigação, nesse período.

Phellipy: [00:06:40] Mariana, o título do dossiê da **Revista Mediação** é *Comunicação é Interseccionalidades*, que eu acho que tem muito a ver com a sua fala inicial, né? Como é que a gente poderia relacionar a sua pesquisa com as dimensões dos direitos, dos afetos, das disputas e dos dissensos?

Mariana: [00:06:57] Não tem como a gente pensar e analisar esse campo de disputas sem a ferramenta analítica da interseccionalidade, né? Do contrário, a gente vai isolar os indivíduos como se eles fossem sujeitos etéreos, universais, e não sujeitos corporificados. Sujeitos que são atravessados por histórias, por cor da pele, por produção de raça, de classe, de orientação

sexual, de deficiência, etc. Então, é muito importante que a gente parta desse princípio para complexificar as análises. E acho que isso é um antídoto às análises que são reducionistas ou simplificadas, e que parecem ser uma tônica do nosso tempo – e que sempre foram no campo da deficiência especificamente, como se tudo se explicasse apenas pela condição biológica, como se a condição biomédica, biológica, fosse um determinante daquilo que a pessoa enfrenta no seu cotidiano. E isso é não só incompleto, como também não é uma verdade absoluta. Não dá para dizer que tudo o que uma pessoa com uma determinada característica, vamos dizer, uma pessoa autista, uma pessoa com paralisia cerebral, tudo que ela enfrenta decorre dessa condição. De maneira alguma, né? Vamos pegar dois exemplos assim para facilitar para quem está nos ouvindo, quem está com a gente nessa conversa. Vamos pegar duas pessoas que as duas usam cadeira de rodas. As duas dependem de mediação para as atividades cotidianas. Uma delas trabalha, tem um carro adaptado, tem um mediador para suas demandas cotidianas, consegue acessar os equipamentos de saúde, tem uma fonte de renda. A outra mora numa comunidade que não tem asfalto, a cadeira de rodas está pequena, ela está guardando outra na fila do SUS, que ainda não chegou. Ela não tem uma pessoa para mediar as suas demandas. Ela está sem ir à escola porque ela não consegue sair de casa porque não tem a cadeira no seu tamanho, não tem transporte. Então a gente está dizendo de duas pessoas que, a rigor, têm a mesma condição do ponto de vista do CID, do laudo, do diagnóstico, pegando aqui o recorte da deficiência, mas que não enfrentam as mesmas barreiras, porque estão atravessadas por essas outras dimensões que compõem a vida. Então, pensar os afetos, pensar os dissensos, pensar as disputas, para a gente produzir vida digna nesse mundo, passa por a gente, necessariamente, trazer esses matizes para o debate.

Sônia: [00:09:41] Mariana, o ano de 2025 pode ser considerado simbólico na legislação do nosso país. A Lei Brasileira de Inclusão, conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, e a Lei do Feminicídio, completam uma década. Não obstante a importância da legislação e suas consequências no combate à violência contra pessoas com deficiência e de gênero, o feminicídio e o capacitismo persistem como problemáticas sociais graves, que merecem atenção cuidadosa em pesquisas científicas. Esta é uma das reflexões propostas pelo nosso dossier da **Revista Mediação** e eu gostaria de te escutar um pouco mais sobre estes dois marcos legislativos, sobre inclusão e sobre estes abismos que ainda estão na sociedade.

Mariana: [00:10:30] Acho que são temas fundamentais para a gente pensar o nosso tempo. É interessante a gente também pensar como são legislações ainda recentes, né? Do ponto de vista histórico, dez anos é um piscar de olhos. Então, assim como a gente ainda carrega a história de um outro tempo, em que situações de violências tão graves como essas eram naturalizadas e não eram sequer nomeadas. Acho que tem esse avanço da gente poder nomear e recorrer à lei para se defender, para estabelecer os limites da produção de cuidado e do enfrentamento das desigualdades e das violências. Mas a gente sabe que a realidade não muda só com o efeito da lei. Quem dera fosse assim, né? A gente vai precisar batalhar muito, lutar muito. Então eu fiquei pensando enquanto você dizia. Fiquei pensando num dado do Fundo das Nações Unidas que diz que entre 40 e 68% das meninas e mulheres com deficiência vão sofrer abuso sexual antes dos 18 anos, né? Entre 40 e 68% é um número muito alto, muito alto. E a gente quando faz os recortes por deficiência, aquelas que não oralizam, que não se comunicam pela oralidade, ou aquelas que têm deficiência intelectual, e as surdas, são as que estão mais vulneráveis, assim como aquelas que têm mobilidade reduzida. Então tem uma crueldade e junto com isso uma negligência institucionalizada, porque os próprios mecanismos de denúncia e de controle dessas

situações são falhos, né? É difícil, por vezes, as pessoas com deficiência também saírem dessas relações, sobretudo as pessoas – falando das mulheres, que é o nosso recorte aqui nessa pergunta, especificamente – as mulheres com maior dependência de cuidado, muitas vezes vão ficar submetidas a relações que podem produzir negligência, violência, abandono, abuso, mas que são as relações que, em alguma medida, estão sustentando a sua possibilidade de sobreviver. E acho que a gente, do ponto de vista de política pública, ainda não deu conta de olhar para essas especificidades e produzir mecanismos para a gente dar conta disso. Acho que agora, com a Política Nacional de Cuidados, que é desse ano, talvez isso avance um pouquinho mais, porque a gente retira a compulsoriedade do cuidado da família e a pessoa passa a poder contar com a oferta do cuidado como um dever do Estado. Então, ela vivendo uma situação de violência, ela poderia ter uma opção de ter outra pessoa que lhe cuide e que não vá onerar o seu bolso, que não depende da sua capacidade de compra desse serviço. Mas é agora 2025, né? Então chegamos até aqui, provavelmente tendo um entrelaçamento entre essas duas questões, esses dois marcadores de gênero e deficiência produzindo muita violência e situações de negligência junto a esse público. Que bom que a gente pode comemorar os dez anos, e que a gente possa avançar nessas legislações e nessa defesa das meninas e mulheres, especialmente as com deficiência.

Phellipy: [00:14:02] Mariana, a gente pode identificar, nas últimas décadas, uma profícua e renovada produção científica, que tem se dedicado a pensar os desafios para sociedades mais justas e igualitárias a partir de aspectos interseccionais, que consideram fatores que desenca-deiam e potencializam desigualdades sociais, culminando, por exemplo, em crimes como feminicídio ou capacitismo. De que modo as construções sociais e seus processos de historicidades sobre racialidades, deficiências, gênero, lesbianidades, transgeneridades e tantos outros que a gente possa identificar, nomear e tipificar podem contribuir para a compreensão epistemológica do feminicídio e do capacitismo?

Mariana: [00:14:43] Eu acho que contribuem de maneira bastante definitiva para compreender o feminicídio e o capacitismo, porque esses marcadores sociais não são só um somatório. Não é como se você fosse somando ali as identidades, vamos dizer assim, e isso fosse resultar em mais ou menos opressão. Eles estão nos dizendo que existe uma matriz de opressão que bebe na mesma fonte e que ela se articula, se retroalimenta, se organiza para produzir violências, opressões, subjugos, subalternidade e, no limite, a própria morte de muitas pessoas que são consideradas abjetas ou marginalizadas, ou são marginalizadas, ou que são subalternizadas na nossa hierarquia de forças e na hierarquia de pessoas. A gente vai colocando as prateleiras e alguns grupos são considerados uma categoria inferior de gente. Então, quando a gente traz todos esses marcadores para pensar esse contexto, a gente está na verdade lembrando e mantendo bastante viva a possibilidade de a gente interrogar essa realidade a partir da sua complexidade de opressões, né? Entendendo, como eu disse, que não são elementos que simplesmente se somam, mas que se relacionam e se alimentam para aprofundar essas violências e opressões. Então, eu penso que a gente poder nomear isso não só dentro de cada uma dessas caixinhas, vamos chamar assim. Então, as pessoas negras, o movimento negro, o movimento das pessoas com deficiência, das mulheres feministas e assim por diante. É importante que estejam articulados internamente, mas que a gente também possa construir uma solidariedade entre essas lutas, porque todas as lutas são uma – uma luta são todas as lutas. Não há como você buscar combater o capacitismo passando a mão, ignorando que existe um racismo, ignorando que existe a opressão sobre as mulheres, o sexism, o machismo, a misoginia. Então, é preciso que a gente possa sim identificar o que é decorrente de cada um desses marcadores sociais, mas sobretudo

e principalmente, nesse momento que a gente vive, eu penso que o próximo passo é a gente articular essas lutas, na solidariedade, para a gente desmantelar esse sistema que as produz.

Sônia: [00:17:31] Exatamente pensando nesse cenário que você descreve e pensando também nas experiências, nos afetos, direitos, disputas e dissensos, queria te ouvir um pouco sobre quais corpos encontram ambientes acolhedores e hospitalários e quais outros são percebidos como improváveis, indignos, abjetos, que provocam estranhamento e são praticamente obrigados a colidir com essas questões estruturais.

Mariana: [00:18:06] A sua pergunta acho que já traz quase que a definição do que seja o capacitismo, né, Sônia? Porque a gente sabe que o capacitismo não está só para as pessoas com deficiência. Ele é esse julgamento moral que justamente identifica e classifica o que uma pessoa é capaz de ser e fazer a partir de uma determinada característica ou funcionalidade do seu corpo. Então, ele está para as pessoas com deficiência; para os idosos, que são considerados já um ônus social; para as crianças, que são consideradas as que ainda não são algo, são o eterno vir a ser; para as pessoas trans; para as pessoas homossexuais; para as pessoas com deficiência; para as mulheres; para os negros... Então vai sobrando muito pouco fora desse arco, né? A gente tem cristalizado esse modelo, essa ideia do sujeito universal, desde o Iluminismo, né? Principalmente depois da Revolução Industrial, em que a gente elege aquele corpo que é considerado ideal a partir de um determinado ideal inclusive de produtividade, né? Daquilo que a gente pode extrair de máximo valor daquela pessoa. Então, tudo que desvia disso, as crianças, os idosos, as pessoas trans – aí tem também um laço com o conservadorismo, né? –, as mulheres, as pessoas com deficiência, tudo o que desvia disso é considerado o erro, o problema, o desvio, o abjeto, aquilo que precisa ser corrigido. E aí tem toda uma indústria também, né? Todo um mercado nos dias de hoje para que essas correções de rota sejam feitas, porque isso é tomado como algo que atrapalha o progresso da sociedade. Então, a gente deixa de pensar na pluralidade, na variabilidade de corpos, nos diferentes arranjos de ser e de estar no mundo como uma potência da nossa vida coletiva – e da nossa possibilidade de viver em alteridade e de construir, com isso, um repertório de mundo mais amplo –, em que possamos imaginar outras formas de vida com mais dignidade para todas as pessoas. E passamos, em vez disso, a atuar num modelo de: “vamos rastrear o problema, tratar o problema e eliminar o problema”. E em alguma medida, eliminar o problema, é eliminar as próprias pessoas, né? Então, acho que é um alerta mesmo para esses tempos que a gente vive, que embora sejam tempos em que os direitos humanos estão bem estabelecidos, eles não estão pacificados. Eles estão o tempo todo em disputa.

Phellipy: [00:20:49] Aí, pensando nessas relações, Mariana, como é que a gente pode pensar hospitalidade e hostilidade disputando e conformando uma espécie de força que afeta diretamente as experiências das mulheres diversas? Eu fico me perguntando, por exemplo, como é que a gente pode pensar o tempo como um direito: quem tem direito à memória? Quem tem direito a futuro? Numa relação com a narrativa, quem tem direito de narrar a si mesma e narrar aos outros? – como é que isso funciona na sua pesquisa?

Mariana: [00:21:19] Na minha pesquisa, especificamente, a gente pensa no tempo – inclusive o tempo que, nos estudos da deficiência, a gente chama de tempo aleijado, que é um conceito muito caro também a nós –, porque não se trata de pensar o tempo apenas como expandido ou reconfigurado no sentido de “para mais” ou “para menos”. É o tempo explodido, né? É o tempo próprio de fazer e de ser, né? Então, não é que uma pessoa precise de mais tempo para se

comunicar ou precise de mais tempo para agir; é o tempo de cada um. O que estamos dizendo é que o tempo é o tempo da vida, e não o tempo da produção – o tempo arbitrário estabelecido pelas ordens de produtividade. Acho que tem esse aspecto. E, quando a gente não observa isso, está produzindo relações de hostilidade, de segregação e de exclusão etc. Não só para pessoas com deficiência, mas também para mulheres – pensando em mulheres que são mães, que são trabalhadoras, que são da periferia, que são indígenas, que são quilombolas, que são do campo. Se a gente observa um país da dimensão do Brasil, com uma pluralidade gigantesca de culturas, modos de viver e identidades, não é possível que a gente não possa – aliás, não é real – pensar de outra maneira, né? Não tem como pensar de outro modo que não seja a partir dessa diversidade e pluralidade de modos de ser e de existir. Então, acho que essa relação com o tempo vem nos ajudar, em certa medida, a fazer esse resgate. E fazer esse resgate, sem dúvida, passa pelo que você, Phellipy, falou: poder narrar a si mesma, narrar nós mesmas, na primeira pessoa – e não com alguém fazendo essa narrativa sobre nós ou definindo por nós aquilo que é estabelecido como senso comum.

Sônia: [00:23:29] Mariana, pensando um pouquinho sobre isso, me remete às redes sociais, às plataformas digitais. Nos últimos anos nós temos um verdadeiro boom de perfis de pessoas com deficiência, ou de mães de pessoas com deficiência e neurodivergências. E muitas vezes há uma certa confusão entre produção de conteúdo e receitas para a experiência da deficiência. Existem até propostas para que pessoas sem deficiência simulem a possibilidade da deficiência. Enfim, a gente vê de tudo um pouco. Quais os cuidados que são necessários nas redes sociais para que a gente possa acompanhar perfis e sentir que de algum modo, isso está contribuindo para o letramento, seja para capacitismo, contra capacitismo, seja sobre feminicídio, antifeminicídio... Enfim, como é que a gente se situa nessa arena digital?

Mariana: [00:24:34] Nossa, essa pergunta tem uma resposta muito complexa, né? Assim, porque são tantos fatores em torno da organização das redes sociais e de como essa organização atravessa as nossas subjetividades, atravessa a nossa capacidade de organização e de produção de caminhos coletivos. Eu tenho sentido isso de uma maneira tão difícil, né? E, às vezes, há uma certa exacerbação – porque a rede social faz isso. Se, por um lado, muitas pessoas que anteriormente estavam fora dessa arena pública, e da possibilidade de dizer sobre si e de ter alguma audiência – para usar a terminologia das redes sociais – hoje conseguem, né? Mas aí a gente também tem o fato de que o algoritmo não é neutro: ele privilegia um determinado conteúdo, de um determinado enquadramento, sobre um determinado tema, de uma determinada pessoa. E os temas que incitam mais comentários ou dissensos são aqueles que produzem mais engajamento. Então, muitas vezes, há uma tecnologia do ódio por trás disso. E, se você está muito refém dessa necessidade de construir uma visibilidade – por qualquer razão que seja –, você engatilha nessa lógica, né? E sai produzindo discursos que vão capturar o seu interlocutor naquele tanto de tempo, trazendo discussões muitas vezes muito superficiais, porque as discussões complexas não engajam. É difícil levá-las para a rede, né? E isso produz uma realidade deturpada do que seja aquela questão – ou até mesmo do que você deseja que aconteça. Além disso, eu acho que há um outro fenômeno que a gente precisa observar: é quando se confunde visibilidade individual com empoderamento coletivo. São coisas absolutamente diferentes. Uma pessoa pode conseguir um lugar de muita visibilidade porque se comunica bem, porque performa de um determinado jeito que é capturado – e que bom para ela! Mas isso não necessariamente significa que os temas que ela leva à frente, ou que a pauta que ela diz representar, estão conectados às demandas e necessidades de um determinado grupo. E, mais

do que isso, que estão articulados de modo a promover o acesso e o empoderamento coletivo. É muito diferente pensar em visibilidade individual e em empoderamento coletivo. Numa situação de empoderamento coletivo, a gente nem teria líderes falando por nós – todos nós falaríamos por nós, coletivamente. Então, eu acho que uma das maneiras – se eu pudesse eleger uma entre tantas – é observar como essa pessoa se conecta com o coletivo que representa ou com a pauta que representa. Como ela se insere junto aos movimentos de base, junto às pessoas que vieram antes dela? Como carrega o histórico da pauta, se ela se posiciona como a inventora? "Eu criei, eu fiz", né? É tão difícil que seja isso hoje em dia. É tão difícil a gente criar algo novo num mundo que já produziu tanto. Não que seja impossível, né? Mas a gente é tecido e formado por essas múltiplas camadas de conhecimento – que, inclusive, nos antecederam. Então, eu estaria sempre tentando identificar qual é, de novo, o rastro que conecta essa pessoa à comunidade à qual ela diz pertencer. Acho que isso nos defende de cair em ciladas muito superficiais, que podem gerar dinheiro e visibilidade para uma pessoa, mas não necessariamente reverter em mais dignidade e mais poder para o grupo que ela representa.

Phellipy: [00:28:31] Mariana você atua em diversas frentes, seja em ações políticas, midiáticas, educacionais, em pesquisa científica e ainda tem toda a vida cotidiana. Como é que você sente ou lida com a fadiga do acesso? Esse termo cunhado pela Annika Konrad para descrever o esgotamento físico e mental que muitas vezes pessoas com deficiências sentem devido à constante necessidade de lutar por acesso a espaços que não necessariamente estão pensadas para elas.

Mariana: [00:28:58] Sim, eu acho que esse conceito da fadiga do acesso é um conceito muito feliz da Annika, porque justamente ele nos permite dar nome para aquilo que boa parte de nós sente, mas não sabia e às vezes confundia – "Ah, eu estou assim porque o meu filho tem uma deficiência, eu estou assim porque eu tenho uma deficiência". Não, você está assim porque a gente vive num mundo cruel com quem tem essa característica, um mundo que o tempo todo diz que você não é bem-vindo, que você não faz parte, que você não pertence, que você não é adequado, que você é um corpo errado. Isso gera uma fadiga imensa, porque não é só você requisitar o acesso, mas você tem que fazer isso de um jeito que não desconforte a outra pessoa – a Annika diz isso, né? Você tem que emular um eu, então tem que parecer que você está ajudando-a, que você a ajuda a te ajudar – digamos assim, né, não é bem ajuda a palavra, mas enfim –, mas não pode parecer que você tá fazendo isso, né? Porque senão, isso é tomado como um problema – eu não esqueço uma vez em que eu fui reivindicar uma questão específica em relação a uma excursão que a minha filha faria na escola e a coordenadora pedagógica começou a chorar, e de repente eu estava confortando a coordenadora pedagógica.

Sônia: [00:30:23] Que situação, né? Aí você tem que confortar a pessoa para garantir a viagem da sua filha.

Mariana: [00:30:28] O direito da minha filha, exatamente. E eu estou trazendo esse exemplo porque o fato é que eu, que também tenho uma deficiência (eu tenho visão monocular e baixa visão), eu tenho muita passabilidade. Eu exijo pouco de ajuste do que está posto no mundo. Minha filha é bem o contrário. Então, a minha fadiga de acesso vem muito mais do lugar de ser alguém responsável por outra pessoa que demanda essas mudanças, e ainda é uma criança, e ter que fazer essas negociações o tempo todo. Isso cria todo um ritual para a vida. Você não pode simplesmente falar "ah, hoje eu vou fazer tal coisa". Você tem que cumprir uma série de ritos. Eu vou ligar para saber se dá, eu vou calcular se vai passar, eu vou levar tal coisa, eu vou

fazer plano A, B e C. Porque eu sair de casa é eu ir para um ambiente que é muito hostil ou despreparado (do jeito mais raso de dizer) para as demandas da minha filha. Mas não sair de casa também não é uma opção, né?

Sônia: [00:31:31] Demandas da sua filha e de milhares de outras pessoas, né? Uma questão coletiva muito importante. Bom, caminhando para o nosso encerramento, infelizmente.

Mariana: [00:31:42] Passa rápido!

Sônia: [00:31:43] Muito rápido! Prosa boa demais e tenho certeza de que outros diálogos precisam se somar a esse. E nós gostaríamos de te deixar a vontade, Mariana, para comentários, observações que não tenham sido contemplados nas nossas perguntas e que você gostaria de registrar.

Mariana: [00:32:01] Ah, acho que as perguntas foram muito completas e eu só tenho a agradecer mesmo pela oportunidade de estar aqui, de fazer esse diálogo com essa profundidade, né? A gente está falando justamente de dar conta de poder produzir diálogos mais significativos e menos apressados, ou das respostas rápidas. Então, certamente que outras questões ficam no ar. E que bom, que daí a gente pode seguir um diálogo aqui nesse espaço, ou em outros, para continuar pensando como é que a gente enfrenta essas desigualdades do tempo de hoje. Então, só agradecer muito, viu? Muito feliz de ter voltado aqui à casa também.

Phellipy: [00:32:36] Nós que agradecemos a participação de Mariana Rosa, doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo, a USP, na área de concentração Educação e Ciências Sociais: Desigualdades e Diferenças, linha de Pesquisa de Educação Especial. Mariana é mulher com deficiência com histórico de ativismo em movimentos sociais. É integrante do Coletivo Feminista Helen Keller, é fundadora do Instituto Cáue - Redes de Inclusão, que articula ações coletivas em defesa dos direitos das pessoas com deficiência, numa perspectiva interseccional. É também educadora popular e assessora de escolas das redes pública e privada no tema da educação inclusiva. Atualmente, é conselheira do Conselho Nacional de Educação. Foi um prazer dialogar com você, Mariana.

Sônia: [00:33:22] Obrigada, Mariana. Obrigada, Phellipy pela companhia aqui no Laboratório de Experimentações Sonoras, e à **Revista Mediação**, coordenada pela professora Nair Prata, por nos possibilitar essa experiência tão bacana para falar sobre temas sensíveis – não no sentido de que não devem ser abordados. Pelo contrário, eles precisam ser debatidos, falados, comentados e nós precisamos agir a partir dessas reflexões.

LOCUTOR: [00:33:51] Essa gravação foi realizada no Laboratório de Experimentações Sonoras – LES FAFICH UFMG. Coordenação de Sônia Pessoa, Phellipy Jácome e Frederico Pessoa.